



ANÁLISE DAS FASES DE URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO: uma resposta à atual configuração urbana de Goiás

Jéssica Nayara Dias Reis Santos
Universidade Estadual de Goiás

Fernando Carlos Alves da Silva
Universidade Estadual de Goiás

Resumo

O presente artigo busca elaborar uma análise do processo de urbanização do território goiano, desde sua gênese até a atual configuração urbana, o que implica analisar as fases que compreende diferentes configurações no decorrer de seu processo de urbanização, destacando-as a fim de compreender a atual configuração urbana. Em Goiás o processo de urbanização de seu território se fez de formas e intensidade distintas em cada período, fazendo assim indispensável uma análise da questão urbana nos diferentes ciclos de ocupação e povoamento territorial deste estado. Com base nas transformações ocorridas no processo de urbanização de Goiás o objetivo deste artigo é buscar no processo de urbanização do território goiano conclusões acerca da atual configuração urbana e espacial de Goiás. A análise bibliográfica e de documentos históricos subsidiou esta pesquisa, pois o cunho histórico que embasa a elaboração da pesquisa é fundamental para obtenção de dados, mas preponderantemente preconizando os fatos geográficos que permearam o processo de urbanização do território de Goiás.

Palavras-chave: Goiás. Urbanização. Economia.

ANALYSIS OF PHASES OF URBANIZATION PLANNING GOIANIAN: a response to the current urban setting Goiás State

Abstract

This article seeks to elaborate an analysis of the urbanization process of Goiás, from its genesis until the present urban setting, which involves analyzing the phases comprising different configurations during its process of urbanization, emphasizing them in order to understand the current urban setting. Goiás in the

process of urbanization of its territory is made of different form and intensity in each period, doing so indispensable an analysis of urban problems in the different cycles of territorial occupation and settlement of this state. Based on changes in the urbanization process of Goiás the purpose of this article is to look for the process of urbanization of Goiás conclusions about the current urban and spatial configuration of Goiás. Bibliographic analysis and historical documents subsidized this project since the historical nature that supports the development of research is fundamental to obtaining data, but mainly advocating the geographical facts involved in the process of urbanization of the territory of Goiás.

Keywords: Urbanization Goiás. Economy.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano é objeto de estudo da Geografia, bem como suas configurações, seus recortes e suas transformações. O fenômeno da urbanização é um processo e a cidade é a forma concreta da realização deste processo. A pesquisa urbana revela que é possível pensar a cidade e o urbano a partir de várias abordagens e tendências teórico-metodológicas.

Nesse artigo a urbanização é entendida como um fenômeno ao mesmo tempo demográfico e social, pensar o urbano como um conceito é pensá-lo na perspectiva de que o mesmo é um processo que viabiliza a cidade, e mesmo sendo dois conceitos diferentes (cidade e urbano), um não pode ser compreendido sem o outro, como afirmam diversos autores como Milton Santos, Ana Fani Carlos, Marcelo Lopes de Souza, dentre outros em seus mais variados livros, que serão utilizados para fundamentar essa pesquisa, pois apresentam os dois processos numa ótica que visa conceituar o processo de urbanização a partir da compreensão dos mesmos, tendo em vista que tal processo é amplo e de maneira geral é entendido como o meio em que uma população se instala e se multiplica numa determinada área, e que devido às transformações que ocorrem com o passar do tempo, acaba por se caracterizar como uma cidade.

Diante dessa perspectiva será apresentada uma discussão acerca do conceito de urbanização, que objetiva tornar possível a compreensão acerca deste fenômeno, conceituando a urbanização sob diferentes pontos de vista para depois abordarmos o processo de urbanização do território goiano.

Urbanização: Conceito e discussões

Entender o processo de urbanização remete-nos a compreender como ele se inicia, bem como foi entendido e conceituado por diferentes estudiosos. O processo de urbanização é um fato novo na história da humanidade, sendo que tal processo pode ser datado a partir da Revolução Industrial do séc. XVIII e para Benevolo (1999) esse acontecimento é o marco responsável por caracterizar uma forma de transformação do espaço geográfico realizada pelo homem, esse

processo modificou as cidades que passaram a crescer se tornando em grandes centros produtivos, tecnológicos e culturais, verificamos aqui o quanto a Revolução Industrial contribuiu para que o processo de urbanização se consolidasse, transformando o cenário urbano, de acordo com Benevolo (1999)

as novas cidades seguem um modelo uniforme: um tabuleiro de ruas retilíneas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados; no centro da cidade, suprimindo ou reduzindo alguns quarteirões, consegue-se uma praça, sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes: a igreja, o paço municipal, as casas dos mercadores e dos colonos mais ricos. (p. 487)

Nessa perspectiva de que a urbanização está ligada ao processo industrial, Carvalho (2010) afirma que

Urbanização é o processo mediante o qual uma população se instala e se multiplica numa área dada, que aos poucos se estrutura como cidade. Também pode ser definida como o aumento da população urbana frente à população rural e está historicamente ligada à evolução do capitalismo, principalmente em sua fase industrial. (CARVALHO 2010, p. 22)

Assim é possível analisar que processos como a urbanização, são capazes de determinar a formação e aprimoramento das cidades, uma vez que se apresentam capazes de integrar espaços econômicos, sociais e culturais.

Carlos (2004) aponta que “a compreensão da cidade, pensada na perspectiva da Geografia, nos coloca diante de sua dimensão espacial, - a cidade analisada enquanto realidade material – esta por sua vez, se revela pelo conteúdo das relações sociais que lhe dão forma.” (p. 18). Ainda, de acordo com a autora, é possível desenvolver um raciocínio sobre a cidade que seja capaz de produzir um conceito, partindo da leitura sobre a mesma e da ideia de que a cidade é uma

construção humana; produto histórico-social, (...) que aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações a partir da relação da sociedade com a natureza. Expressão e significação da vida humana, a história da cidade revela-a como obra e produto, que se realiza como realidade espacial concreta cujo movimento é produto de um processo histórico cumulativo. (CARLOS 2004, p.19)

Diante dessa afirmação, a cidade se revela como um processo físico da idealização humana. Nessa perspectiva, o urbano traz aos prédios, às praças, às ruas da cidade, uma condição de realização e assim cria um vínculo entre espaço e sociedade.

Essa visão confirma o que Souza (1995) propõe quando afirma que “a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano enquanto é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza à cidade” (p.54), e também Cavalcanti (2001) que coloca que “a cidade é a forma, é a materialização de determinadas relações sociais, enquanto que o urbano é o conteúdo, são as próprias relações sociais que se materializam no espaço” (p.14).

Outro autor que discorre muito sobre cidade e urbanização é Milton Santos, para ele “a urbanização como fenômeno social e espacial ainda permanece insuficientemente explicada. Os aspectos essenciais do problema são sempre ignorados.” (SANTOS 2003, p.22). Para o autor fatores como a atração da força de trabalho, baixos salários, divisão social do trabalho e outros, encontram-se associados ao processo de urbanização sendo de importância fundamental e devem ser considerados para o entendimento da mesma.

Segundo Santos (1994), discutir sobre o conceito de urbanização é também discorrer sobre a cidade, vinculando o processo de urbanização a própria definição do que é cidade. Isso ocorre pelo fato de que o processo de urbanização compreende a formação e crescimento das cidades, uma vez que a mesma trata de análises de fatos dinâmicos que influenciam as transformações ocorridas no espaço no decorrer dos anos e pode ser considerada o campo onde a urbanização acontece.

Mesmo estando um processo ligado ao outro, Santos (1994) também coloca que a distinção entre cidade e urbano é necessária, uma vez que assim contribui para as reflexões que buscam conceituá-los numa perspectiva metodológica. Em seu livro “Por uma economia Política da Cidade” (1994), Santos confirma a ideia de muitos outros autores (e também serve de base para tantos outros) de que a cidade é o concreto e o urbano o abstrato.

Nessa perspectiva é possível entender que o urbano pode ser entendido como um processo geral, responsável pelo papel que a cidade desempenha a partir da divisão social do trabalho e se o urbano se caracteriza assim, a cidade pode ser vista como um processo particular, arraigada nas questões históricas de seu surgimento e no uso específico daquele território onde se edificou. Dessa forma, Santos afirma que apenas o conjunto desses dois processos pode definir o que é urbanização. Para que isso seja possível, o autor propõe que seja considerada a noção de espaço-tempo da cidade, quando destaca que “a história de uma dada cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar” (SANTOS 1994, p. 71)

Diante disso, é possível afirmar que cidade e urbano são dois aspectos que precisam ser considerados dentro de um processo histórico, considerando ainda os fatores que levaram ao surgimento deles e assim compreender o que é

urbanização e como ela é realizada diante das perspectivas desses acontecimentos de determinado espaço e tempo.

A urbanização como objeto de análise da geografia se caracteriza por estar ligada ao processo de evolução da sociedade, fato que interessa à ciência geográfica quando esta tem por objeto de estudo o homem e suas relações sociais no processo de organização e produção do espaço. Diante do que foi proposto sobre a urbanização, temos que considerar que esse processo é fundamental para que possamos compreender como a sociedade se organiza e ainda quais os motivos que proporcionam tal organização.

Fases da urbanização goiana

Para buscar o conceito de urbanização e aplicá-lo ao território goiano é preciso que se entenda como ocorreu tal processo analisando o fenômeno a partir da ideia de espaço e tempo e da análise dos fatores geográficos e históricos que estiveram ligados à urbanização de Goiás e proporcionaram a existência do mesmo. Sob duas perspectivas marcadas temporalmente, a urbanização goiana se caracteriza por duas formas urbanas, uma desde a existência da Capitania de Goyaz, marcada pelos pequenos núcleos urbanos regidos pela extração aurífera e outra contemporânea, marcada pelo crescimento populacional em virtude das transformações que foram ocorrendo no país e no território goiano, principalmente ao que diz respeito à construção de Goiânia e Brasília, além da rodovia federal Belém – Brasília, que deram ao processo de urbanização características diferentes das que ocorreram até então.

O processo de urbanização do território goiano está ligado à volatilidade dos processos de povoamento do território, fato que promoveu uma urbanização inicial imprecisa e pontual, se configurando desde seus períodos com a mesma imprecisão da ordem socioeconômica à que estava ligada. No que deriva do conceito de urbanização, o incipiente povoamento goiano, no século XVIII, formatou um perfil urbano instável, intimamente ligado ao plano econômico, o que impunha às vilas e povoados uma vida efêmera. Segundo Palacín e Moraes (2008), a mineração, atividade protagonista da economia goiana no século XVIII, se dava e se dissipava de acordo com a descoberta e o esgotamento das minas, assim como as cidades da época.

Cidades que surgiram neste século se reconfiguraram de acordo com o período socioeconômico vigente, o perfil econômico variou ao longo dos séculos subsequentes, como é o caso de Santa Luzia (Luziânia). Também destacado por Palacín e Moraes (2008), Palma (Paraná - TO) e Cavalcante - GO, imersas na letargia provocada pela decadência da mineração.

De acordo com Palacín e Moraes (2008), os séculos XVIII e XIX são marcados pelos seguintes fatores de produção territorial e urbanização: mineração e agropecuária. Por suas características socioeconômicas podem ser definidos como períodos de urbanização arcaica do território goiano. Corroborando essa tese

Teixeira Neto (1982) ressalta que “dentre esses fatores se destacam, pela importância que tiveram no desenvolvimento da rede urbana do Estado, a mineração do ouro no período colonial e a agropecuária tradicional” (p.153), responsáveis, respectivamente, pelo período da urbanização arcaica de Goiás.

As primeiras cidades nasceram envolvidas ao arranjo espacial minerador, este, também responsável pela primeira rede urbana de Goiás que se concentra na zona pioneira de mineração, que centralizava o “território usado” na vastidão das terras goianas. A mineração como atividade econômica principal e como agente da produção territorial e urbana, agiu com discrepância no território de Goiás, formando um eixo de povoamento e urbanização diagonal no sentido centro-sul e médio norte da capitania, concentrando a produção econômica e social, circulação de mercadorias e pessoas.

Na tipologia na urbanização arcaica de Goiás, Bertran (1978, p.77-78) classifica três fatores como responsáveis pela localização das cidades goianas no período de urbanização nos séculos XVIII e XIX. O primeiro ligado exclusivamente ao ouro aluvionar, que constitui a zona urbana pioneira “correspondendo a regiões geológicas onde evidencia-se a presença de derrames aluvionares, (...)”. O outro fator está ligado às vias de navegação dos grandes rios, que tiveram sua fase áurea durante no século XVIII, e que se consolidou no século XIX, espalhando cidades às margens dos rios Tocantins e Araguaia, “constituiu um processo lento de expansão regional (...)”. E o terceiro fator infere-se às iniciativas do Estado e da Igreja, que por motivos estratégicos fundaram cidades em pontos do território que se viam ameaçados pelo estreitamento da fronteira com outras capitanias, assim “possuíram função altamente estratégica”. (BERTRAN 1978, p.77-78)

Nas primeiras décadas da exploração das minas auríferas, na primeira metade do século XVIII, o perfil urbano foi traçado, espontaneamente é claro, aliás, esta é a marca da urbanização de Goiás, assim como o caráter pontual e descontínuo produzidos essencialmente no período mineiro da historiografia goiana. (PALACÍN e MORAES, 2008)

Ainda para Palacín e Moraes (2008) “o povoamento determinado pela mineração de ouro é o povoamento irregular e instável, sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem.” (p. 23). As minas era quem determinavam onde as cidades iriam nascer, e quando riram desaparecer, em sua maioria, “onde aparece ouro, ali surge uma povoação; quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a povoação define ou desaparece” (p.23), esta foi a dinâmica urbana e o que explica a intermitência da rede urbana de Goiás no período mineiro.

Conforme Palacín e Moraes (2008) a região do Rio Vermelho foi a primeira a ser povoada no território goiano, região onde se localiza a primeira capital do estado, formando um dos núcleos urbanos regionais, pois nas adjacências destas cidades, surgiam inúmeras outras vilas e povoados, às margens dos rios e córregos que permeiam as terras goianas. Isso se dará como regra, pois os primórdios da

exploração aurífera era essencialmente a mineração de aluvião, feitas em cursos d'água.

Arrais (2013) destaca que “com a economia aurífera, formou-se uma primeira rede urbana para sustentar as atividades econômicas” (p.31), formando “cidades funcionais”, como subsidiárias das atividades praticadas em suas adjacências. A mineração dissipou pelo território goiano inúmeras cidades com este perfil, haja vista sua dependência, ao passo que o fim da atividade mineradora representava sua decadência, e posterior desaparecimento.

Bertran (1978) destaca que a ordem que se fazia a urbanização através da mineração se dava pela descoberta das minas e posterior fundação de uma vila, mas esta dinâmica poderia ter algum planejamento,

Razoável distância parece existir entre a descoberta das minas e a fixação definitiva dos arraiais. Portanto é admissível que em bom numero dos casos sua localização obedeça a fatores estratégicos regionais, como acessibilidade às rotas comerciais, salubridade, etc. (BERTRAN 1978, p.23-24)

Deste modo, não apenas o ouro seria o responsável pela fundação de um arraial, mas também sua associação a outros fatores como logística, comércio, etc.

Neste contexto a definição do território da mineração, ratificado entre 1726 e 1741, portanto 15 anos de conturbadas relações entre homem e espaço, ocorreu de forma espontânea, mas com certo planejamento, irrisório é claro.

Neste período de produção do território mineiro, o “território usado”, se formaram três núcleos regionais de urbanização, fato que dispõe de algumas divergências segundo cada autor.

Na definição de Bertran (1978) o primeiro núcleo regional tinha como polo urbano o arraial de Santana de Goiás (Vila Boa), o segundo Meia Ponte (Pirenópolis) e o terceiro núcleo era Traíras, este convergindo sua influência para o extremo norte.

Já Palacín e Moraes (2008) ressalta também que três zonas destacaram-se nos primeiros anos da mineração, a primeira abrangia todo o centro sul da capitania, tinha como polo urbano Meia Ponte (Pirenópolis), a segunda o médio norte, polarizada por Traíras, e a terceira, “o verdadeiro norte da capitania”, com urbanização e povoamento rarefeitos.

Estas definições partem do “território usado” da Capitania de Goiás, o espaço habitado na vastidão das fronteiras goianas. Esta primeira divisão do território goiano deixa claro que desde os primórdios da ocupação o povoamento foi de forma irregular e díspar entre as regiões.

Bertran (1978) e Palacín e Moraes (2008) destacam a existência de três regiões (zonas) que concentram a urbanização. A partir da definição dessas zonas pode

ser feito uma quarta divisão da rede urbana no território mineiro em Goiás, esta com quatro zonas, cujas características sociais, econômicas, urbanas e demográficas se assemelham.

A primeira, região de Vila Boa, sendo esta o polo urbano regional, e mesmo como centro administrativo da capitania, não dispunha de influencia econômica externa, haja vista sua localização excêntrica.

O Julgado de Meia Ponte era a segunda região, polarizada pela cidade de mesmo nome. Bertran (1978) destaca que “Meia Ponte ainda que cêntrica afastava-se dos principais centros mineradores, dificultando-lhe aliar função transporte à função contiguidade de povoamento” (p.25), porém no decorrer de novos descobertos, Meia Ponte ratificou-se como rota de logística.

A terceira região era o Médio Norte, com relativa densidade urbana, pois era um centro mineiro com grande fluxo de população, e cujas minas ainda não se encontravam esgotados. Era a região com maior número de arraiais, um total de vinte.

O Extremo Norte era a região cuja urbanização era mais dispersa, com arraiais espalhados por extensos espaços despovoados.

Além destas regiões, praticamente não havia população nas outras zonas, Palacín e Moraes (2008) afirma que

O resto do território goiano, (...), ficava ainda sem nenhuma povoação: o sul e o sudeste, todo o Araguaia e o norte, desde Porto Nacional até o Estreito. A ocupação humana destas zonas processar-se-ia com a extensão da pecuária a da lavoura, durante o século XIX e XX. (PALACÍN E MORAES 2008, p.24)

Teixeira Neto (1982) relaciona estas discrepâncias na ocupação e povoamento do território goiano com a mobilidade das fronteiras, destaca que “o povoamento irregular do território goiano não deixou de ter reflexos negativos na formação das fronteiras do Estado, bem como no seu desenvolvimento socioeconômico” (p.155). Regiões que permaneciam isoladas pela precariedade dos meios de transporte e infraestrutura viária, tiveram sua urbanização mais comprometida em decorrência da decadência da mineração.

A dinâmica de produção do território usado e da urbanização no período aurífero de Goiás no século XVIII, sempre foi substrato da atividade mineradora, desse modo, a partir da segunda metade do século XVIII os “descobertos” são cada vez menores, a expansão e manutenção da primitiva rede urbana de Goiás, assim como do território usado, ameaçam a dinâmica territorial e a capacidade econômica da capitania.

Segundo Bertran (1978) no decorrer do século XVIII, a rede urbana formada em Goiás não se sustentava sozinha, era inevitavelmente dependente da mineração e sujeita às sazonalidades da atividade em questão. Porém, nesta conturbada relação entre mineração e urbanização, existiam algumas exceções onde alguns arraiais suportariam a decadência das minas, com o suporte do espólio destas, assim

Em realidade não só o agrupamento urbano da população após as descobertas é fator de importância na manutenção dos primitivos arraiais. Eles subsistem enquanto resistem em pé as edificações. Se o arraial tem freguesia, maior sua chance de sobrevivência como lugar de residência secundária para os dias santos de fazendeiros da redondeza. (BERTRAN 1978, p.27)

A partir da segunda metade do século XVIII alguns arraiais já dispunham de uma gama de serviços, infraestrutura e de um sítio urbano que contribuiu para suportar a decadência da mineração e a transição para a agropecuária. Bertran (1978) destaca que as vilas e arraiais deste período tinham um perfil urbano diferente às dos primeiros anos da mineração, enfatiza que

Se os primeiros arraiais não passavam de choupanas aglomeradas, os estabelecimentos de meados do sec. XVIII eram vilas organizadas. Os muros de pedra que içam as velhas cidades denotam antes de tudo o apartamento e o zelo pela propriedade urbana. (BERTRAN 1978, p.37)

A transição entre a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, que representou a reprodução do urbano em Goiás, mesmo que sob algum retrocesso e sob um regime de estagnação, Teixeira Neto (1982) ilustra esta transição, salientando que

Enquanto a mineração foi um fator de urbanização por excelência, a agropecuária foi o principal elemento de mobilidade populacional. As fazendas surgiam inicialmente para abastecer as minas, nascendo daí múltiplas atividades, introduzindo mobilidade em regiões que já caminhavam para a estagnação econômica. (TEIXEIRA NETO 1982, p.153)

Bertran (1978) também resume esta transição, e o novo período a que Goiás esteve condicionado a partir da decadência do ouro, e à luz da agropecuária como atividade principal da reprodução socioeconômica, territorial e urbana. Neste

período “(...) a vida rural derivou da carência de subsistência em meio urbano. A cidade precede o campo” (p.27), uma nova fase se inicia em Goiás sob a égide de atividades econômicas essencialmente rurais, o que para o fenômeno urbano significa um período longo de inércia.

Para Bertran (1978) “de fato no século XIX a estrutura básica do território continuaria sempre voltada para a antiga zona de mineração” (p.42), o que pressupôs a sistemática substituição da mineração pela agropecuária, entretanto, “era uma estrutura legada por demais extensa para servir às dimensões reais de uma economia agora somente agropecuária, de onde a geral observação de decadência dos arraiais (p.42)”, neste momento, até mesmo o Estado fomentava a agropecuária, como novo carro-chefe da economia goiana, pois era insustentável manter “o legado urbano, a trama viária, todo o investimento feito pela sociedade rica e florescente do século XVIII, não mais ao alcance de novo Goiás, agropastoril (p.42-43)” do século XIX.

Com o processo de urbanização em retração, cidades em decadência e até desaparecendo da rede urbana do estado, e o processo de ruralização da sociedade em franca expansão - como sendo a última alternativa aos que aqui permaneceram - porém sem expressividade social e econômica, Goiás vivia uma “feudalização” de sua sociedade.

Palacín e Moraes (2008) descreve o cenário em que Goiás estava condicionado após o fim da mineração como atividade protagonista da vida socioeconômica.

Na primeira década do século XIX, era desolador o estado da capitania de Goiás. Com a decadência, a população não só diminuiu como se dispersou pelos sertões; os arraiais desapareciam ou se arruinavam e a agropecuária estava circunscrita à produção de subsistência. (PALACÍN E MORAES, p.67)

A vida urbana em Goiás se deteriorou, ao passo que o campo mesmo sendo a nova engrenagem da economia, não conseguia a propulsão necessária para retirar o estado da decadência a que estava submetido.

“O desenvolvimento da agricultura em Goiás tropeçava em dois graves obstáculos: um, com fundamento na psicologia social, era o desprezo dos mineiros pelo trabalho agrícola, e o outro, a legislação.” (PALACÍN 1994, p.129), pois como afirmou Bertran (1978), em Goiás, a cidade precedeu o campo, a vida urbana se firmou antes mesmo da consolidação das relações rurais. O novo modo de vida a que a sociedade goiana estava sendo submetida era um retrocesso socioeconômico e cultural. Houve a inversão das políticas públicas, dando ênfase ao campo, enquanto as atividades desenvolvidas nas cidades tinham participação secundária na economia.

No decorrer do século XIX as cidades estavam em segundo plano no panorama socioeconômico goiano, agora o campo precede a cidade, as relações rurais são responsáveis pelo dinamismo urbano. Segundo Bertran (1978)

(...) como por todo o oitocentos goiano, e ao contrário dos setecentos, a presença urbana é posterior à ocupação do campo e tem função peri-rural.

São os patrimônios e as capelas lugares de intersecção das populações rurais, e onde surgiam ou acrescentaram-se funções religiosas e comerciais. (BERTRAN 1978, p.89)

Esta última, funções comerciais, foi a motriz que sustentou as cidades durante período de tamanha estagnação ao qual esteve submetida às cidades goianas durante o decorrer do século XIX.

A função secundária que as cidades ocuparam durante o período de economia agropecuária se resumia basicamente ao comércio dos bens de consumo importados e às funções administrativas. Pois este período é marcado pela autossuficiência, a fazenda goiana produzia para sua subsistência, cabendo às cidades suprir o que não era produzido no campo.

Palacín (1994) diz que

O comércio tinha diminuído muito, mas não se havia extinguido de todo; Goiás precisava importar sal, ferro, pólvora e tecidos, produtos indispensáveis. Ainda extraia algum ouro para realizar os pagamentos, e embora em pequena quantidade, começava a produzir alguns produtos agrícolas que, exportados, ajudavam o equilíbrio da balança de pagamento (...). (PALACÍN 1994, p.133)

A cidade funcional do século XIX ocupava este papel, de entreposto comercial entre importação e exportação de produtos. Já que “o comércio interno atravessava uma crise bastante mais grave, não só como consequência da generalização de um tipo de vida agrária de economia familiar autossuficiente, mas também pelo baixo nível aquisitivo da população (...)” (PALACÍN 1994, p.134), consequências do empobrecimento da sociedade pela falência da mineração.

Como destaca Teixeira Neto (1982), “enquanto a mineração foi um fator de urbanização por excelência, a agropecuária foi o principal elemento de mobilidade populacional” (p.153), dispersando o contingente humano, que enquanto na mineração era concentrado, passara ser rarefeito pelo vasto território goiano. O que não deixou de ter efeitos positivos para o estado, pois a decadência deixada

pela mineração, qualquer mobilidade (seja econômica, demográfica, etc.), viera instigar a dinâmica no inerte território goiano.

Conforme Arrais (2013), a integração do território goiano ao centro dinâmico nacional subsidiou os projetos de infraestrutura de transportes e comunicação. A partir do início do século XX esses projetos imprimiram ao território de Goiás uma nova dinâmica urbana, uma urbanização que se difere da anterior com características contemporâneas ligadas ao modo de produção e se submetia às formas com que as regiões do país iam sendo moldadas.

Gomes e Teixeira Neto (1993) destacam que “depois do ouro e da agropecuária, as ferrovias e rodovias foram os fatores de maior influência no aparecimento de cidades (...), a ferrovia é também responsável pelo nascimento de diversas cidades” (p.75), principalmente no Sudeste do estado, onde seus trilhos foram primeiramente construídos em Goiás, surgiram cidades como Ouvidor, Pires do Rio e Urutaí. Já as rodovias também são responsáveis pelo surgimento de diversas cidades, porém, após a segunda metade do século passado, surgiram cidades ao longo da rodovia BR153, principalmente, tais como Rianópolis, Nova Glória, Alvorada e Miranorte. Assim, após longo período de estagnação do processo de urbanização e da expansão da rede urbana, todo o século XIX, Goiás vive nas primeiras décadas do século XX um novo período de metamorfose em seu território.

As iniciativas para integrar o território de Goiás ao centro dinâmico do país envolveram grandes projetos de infraestrutura, que impactaram sobre as relações regionais e sobre a própria dinâmica socioeconômica interna. O isolamento a que esteve submetido foi rompido pela implantação da Estrada de Ferro de Goiás, nas primeiras décadas do século passado.

O processo de urbanização através da ferrovia engendrou em Goiás os primeiros passos à integração espacial e econômica ao sudeste brasileiro. Mas não representou de forma expressiva o rompimento com o passado agropastoril. No perfil urbano no início de século XX ainda estavam arraigados às características socioeconômicas das atividades essencialmente rurais, às quais, aliás, não vão desaparecer, apenas passaram por adaptações à nova ordem.

A introdução e expansão da malha ferroviária via sudeste goiano, revitalizou o processo de urbanização do centro sul do estado, criando uma rede urbana interligada, através das trocas mercantis e da disponibilidade de serviços urbanos. Mas também representou relações comerciais além das fronteiras, ratificando o sudeste brasileiro como agente de fomento às expectativas goianas de ressurgência econômica.

Como destaca Arrais (2013), as articulações econômicas promovidas pela ferrovia se deram nestas duas escalas, uma interna, entre as próprias cidades da região sudeste de Goiás, e outra externa, através das relações com cidades do sudeste brasileiro, esta preponderante à política econômica do estado, pois possibilitou sanar o maior gargalo do território de Goiás, as vias e os meios de transporte,

entrou ao desenvolvimento goiano. Goiás passou a integrar o mercado consumidor brasileiro, e conseqüente, fornecedor.

Em primeiro lugar, na faixa de povoamento da Estrada de Ferro de Goiás ocorreu, concomitantemente, a modernização de equipamentos de consumo urbano nas cidades que receberam estações da ferrovia e a ampliação das relações comerciais com núcleos urbanos distantes, por meio de uma rede de transportes rodoviários secundários. (ARRAIS 2013, p.41)

A implantação da ferrovia em Goiás alterou sua dinâmica territorial e urbana, preponderantemente no centro sul, pois, “com a implantação dos trilhos e ligação com a região econômica mais dinâmica do Brasil, houve um crescente movimento ocupacional da porção sul de Goiás, sobretudo na área de influência da Ferrovia” (CASTILHO 2012, p.10), movimento dissipado paulatinamente às outras regiões do estado.

Arrais (2013) atesta os meios de transportes e de infraestrutura viária como os agentes da reprodução do território goiano a partir das primeiras décadas do século XX. O binômio ferrovia-rodovia intercala-se como instrumentos dos atores hegemônicos no planejamento territorial, “assim onde terminava a Estrada de Ferro de Goiás foi montada uma estrutura de transporte que servia como ponto de partida rumo ao Norte Goiano” (p. 41-42).

Segundo Chaveiro (2004)

A ferrovia foi uma das primeiras alavancas, engendradas pelo Estado, para que houvesse a integração goiana à economia nacional, impulsionando a constituição do mercado nacional e motivando outra etapa na urbanização de Goiás. (...) a ferrovia foi responsável em Goiás, pelo nascimento de um conjunto de cidades, especialmente no Sudeste Goiano. (CHAVEIRO 2004, p.106)

A urbanização em Goiás no século XX sempre esteve ligada às ações do Estado, através dos projetos de desenvolvimento e planejamento territorial.

Outro projeto estatal que teve grande impacto na urbanização de Goiás foi a edificação de Goiânia, concomitantemente à Marcha para o Oeste. A esta altura o isolamento goiano já estava rompido, pois como afirma Chaveiro (2004), Goiânia está imbricada no processo de infraestrutura de transportes, assim

Se os transportes era um dos primeiros marcos da política territorial modernizadora em Goiás a partir de São Paulo, ele traria consigo as condições para que outras mais incisivas fossem desenvolvidas: Goiânia seria esta, arrojada e fecundada pelos meios de transportes, encruzilhada de um sistema de fluxos que intentava recolonizar o país sob o vigor da potência paulista. (CHAVEIRO 2004, p.125-126)

A década de 1930 representou para Goiás o início definitivo da nova etapa de produção territorial e de urbanização. Palacín e Moraes (1989) enfatiza que “a construção de Goiânia promoveu a abertura de novas estradas, tornando-se centro de ligação dentro do Estado e com outros Estados, (...) (p.111) criou o primeiro centro urbano de relativa importância em Goiás”. Goiânia é o marco definitivo, de rompimento com o urbano arcaico para urbanização contemporânea. Como também fomentou espontaneamente o povoamento de regiões adjacentes, ratificados pelos planos de colonização oficial, como foi o caso do Mato Grosso Goiano.

A Marcha para o Oeste, através da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) também subsidiou a urbanização de Goiás, algumas cidades surgiram em decorrência do fluxo migratório propiciado pelos incentivos estatais, mas suas deficiências logo resultaram na dispersão do contingente populacional. Apesar disto a CANG deixou seu legado urbano no Mato Grosso goiano.

Castilho (2012) afirma que

Além da política agrária, o Decreto-Lei 3.059 previa também para as Colônias a criação de núcleos urbanos com serviços para as famílias. E as sedes deveriam obedecer às regras urbanísticas modernas. Foi por isso que a sede da CANG seguiu o modelo de cidade planejada. (CASTILHO 2012, p.122)

Já na década de 1960, somaram-se à criação de Goiânia e à Marcha para o Oeste, a abertura da rodovia Belém-Brasília e a transferência da capital federal para o território goiano. O que integrou as regiões goianas entre si e também o território de Goiás ao arranjo produtivo nacional. A edificação de Brasília foi outro marco no processo de urbanização contemporânea de Goiás. Conforme Arrais (2013), a região onde Brasília foi instalada faz parte do sítio de urbanização arcaica do estado de Goiás, e ao passo que a construção da nova capital federal, se configurou na região de grande dinâmica urbana do estado, passando por profundas mutações em seu processo de urbanização. Pois “em pouco tempo, áreas de pastagens e sítios urbanos de origem colonial converteram-se conforme um padrão não apenas urbano, mas metropolitano, já que se integravam, em graus distintos, à capital federal.” (ARRAIS 2013, p.114).

A partir da década de 1970 as cidades adjacentes à Brasília tiveram seu perfil demográfico e urbano alterados, o contingente atraído por Brasília foi disperso na região, conhecida como Entorno do Distrito Federal. Arrais (2013) confirma esta dinâmica através dos dados dos censos demográficos do IBGE, sendo “que em toda a região, a população urbana somava 152.683 habitantes em 1980 e 370.939 em 1991, o que corresponde a 11,42% do total do estado”. O processo de urbanização desta região do estado de Goiás esteve ligado diretamente à capital federal, seja na oferta de serviços, empregos e mercadorias disponíveis em Brasília, ratificando-a como cidade polo da região leste de Goiás.

A partir da década de 1960 se efetivaram as diretrizes da urbanização contemporânea do território goiano, Castilho (2012) ressalta os fatores responsáveis pela metamorfose urbana do último século em Goiás e seus resultados, sendo que

Entre 1940 e 1963 foram criados 128 municípios no território goiano. E até 1988 foram mais 42. Grande parte surgiu no Mato Grosso Goiano e ao longo da BR-153, o que teve influência direta da abertura de estradas, da criação da CANG e das duas capitais planejadas. A questão é que nas décadas de 1960 e 1970 a modernização territorial em Goiás foi acompanhada pela urbanização e por uma participação da técnica, da ciência e da informação cada vez mais evidente. (CASTILHO 2012, p.130)

A segunda metade do século XX ratificou o território goiano como palco de intensas mutações territoriais, urbanas, sociais e econômicas, tornando Goiás um palco de transformações que foram iniciadas de forma rudimentar e pouco significativas, mas que hoje, olhando todo o processo pelo qual o fenômeno urbano no centro país foi formado, temos um modelo de que o progresso se instaura em virtude das transformações que podem ocorrer em um território.

Assim temos como características que definem a urbanização de Goiás, duas fases que apesar das disparidades que apresentam foram responsáveis pela construção do território goiano, impondo-lhe capacidade de produção e organização social e econômica, primeiramente de forma mais arcaica baseada, principalmente, na extração aurífera e agropecuária de subsistência para depois intensificar essa produção agropecuária e aparecer a nível nacional integrando e contribuindo para um campo econômico e social bem mais significativo.

CONCLUSÃO

Para entender a atual configuração urbana de Goiás foi preciso recorrer ao processo histórico de urbanização de seu território. Analisando os fatores de ocupação e povoamento que agiram concomitantemente em diferentes períodos

e são os responsáveis pela atual delimitação do processo de urbanização em curso e da rede urbana de Goiás, compreendendo, como resultado (inacabado) a atual configuração urbana goiana.

Assim, a configuração urbana de Goiás é o reflexo da reprodução das características históricas que permearam todas as fases de sua produção.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A Produção do Território Goiano – economia, urbanização e metropolização**. Goiânia: Editora da UFG, 2013.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano, novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTILHO, Denis. **Estado e rede de transportes em Goiás-Brasil (1889-1950)**. XII Colóquio de Geocrítica 2012.

_____. **A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-Go – Brasil**. Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012.

CARVALHO, J. A. M.; SAWYER, D. R. T. O.; RODRIGUES, R. N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. Belo Horizonte: ABEP, 1994.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **A urbanização do sertão goiano e a criação de Goiânia**. In: GOMES, Horieste. (Org.) **O espaço goiano: abordagens geográficas**. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Goiânia, 2004.

GOMES, Horieste; NETO, Antônio Teixeira. **Geografia: Goiás-Tocantins**. Goiânia, Centro Editorial Gráfico/UFG, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Et. Al. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____. **Território e Sociedade: entrevista**. São Paulo: Fundação Persel Abramos, 2000.

PALACÍN, Luiz; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de Goiás**. 5ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1989.

_____. **História de Goiás**. 7ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

TEIXEIRA NETO, Antônio. **Formação territorial: considerações sobre alguns aspectos geográficos, históricos e políticos**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 2, n. 2, jul./dez. 1982.

Contato com o autor: Jéssica Nayara Dias Reis Santos <jessicandrs@hotmail.com>

Recebido em: 10/11/2015

Aprovado em: 24/04/2016